

brasilcom

em ação

Publicação do Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis



Divulgação/Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis

Jefferson Rejaile, Brasilcom: todo o problema do mercado hoje está focado na questão fiscal

Combate à sonegação fiscal é bandeira do Brasilcom

Brasilcom defende mudanças significativas no setor de combustíveis

Entre os estados vítimas das fraudes, Santa Catarina é o que registra o menor número de fraudes fiscais e de qualidade. O Brasilcom atribui essa conquista ao Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis e, recentemente, à instalação do Comitê de Combate à Sonegação Fiscal na Comercialização de Etanol Combustível. O comitê é um órgão nacional integrado pela Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Receita Federal do Brasil e Secretarias de Fazenda dos Estados.

Desde a criação do comitê, o assunto combustível vem sendo discutido pelo GESCOL (Grupo de Especialistas

em Combustíveis e Lubrificantes da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina) e as informações compartilhadas, inclusive, com os estados vizinhos, como o Paraná. "Santa Catarina é um estado competitivo na distribuição e revenda. A Secretaria da Fazenda atua com rigor. É um estado sadio e que tem uma legislação muito eficaz", afirma Jefferson Rejaile, diretor institucional do Brasilcom.

Ações do Brasilcom	Pág. 4
Em pauta: S50 e ARLA32	Pág. 7
Espaço do Associado	Pág. 8

Continua na página 2

O assunto tem sido discutido amplamente nos fóruns de debate do setor. No X Fórum Sul Brasileiro de Qualidade e Tributação dos Combustíveis, realizado no período de 30 de junho a 2 de julho, um grupo de autoridades públicas, vindo dos três Estados do Sul do Brasil, e membros dos sindicatos de postos revendedores, dos sindicatos de distribuidoras e proprietários de postos revendedores debateram temas e trabalhos decorrentes das ações desenvolvidas pelos órgãos públicos do Sul do Brasil no combate à concorrência predatória, à sonegação e à adulteração de combustíveis.

As conquistas são muitas, como a prisão de pessoas acusadas de concorrência predatória e de dumping. Um trabalho foi realizado pela primeira vez no Brasil onde se

comprovou, através de uma ação policial, a associação de sonegação e concorrência predatória (dumping) no mercado dos combustíveis. A ação foi conduzida pelo Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) PR e resultou na prisão de 12 pessoas no Paraná e uma em São Paulo.

Esse esquema de fraudes na comercialização de etanol no Paraná teria resultado na sonegação de pelo menos R\$ 300 milhões em impostos no último ano por meio de subfaturamento e uso de notas fiscais irregulares. Desde maio de 2009, foram investigadas 14 distribuidoras e 60 postos que, segundo o GAECO, participavam do esquema de "preços predatórios".

Brasilcom defende mudanças nos tributos do etanol

Os números alarmantes não se restringem apenas ao Paraná. Na sonegação nacional, estima-se que existe um volume de etanol comercializado clandestinamente na ordem de 2,1 bilhões de litros, que representam uma sonegação de impostos de cerca de R\$ 1 bilhão, sendo 600 milhões de tributos estaduais e 400 milhões de tributos federais.

Para coibir esse tipo de ação, o Brasilcom defende as seguintes propostas de mudanças na área dos tributos do etanol no Brasil:

- Concentração dos tributos do etanol nas usinas ou na PETROBRAS (carregador tributário), conforme modelo usado no Biodiesel, com as adaptações necessárias para o etanol. Modelo com previsibilidade e transparência;
- Alteração do cálculo do ICMS dos combustíveis para PMPF em todo o Brasil;
- Utilização de regras rígidas pelas Secretarias de Fazenda para a concessão de inscrições estaduais para as distribuidoras de combustíveis;
- Cassação de inscrições estaduais de distribuidoras de combustíveis com dívida nas secretarias de fazenda em valor lançado em dívida ativa superior ao seu capital social;
- Criação de impedimento legal para a utilização de precatórios para pagamentos, compensação ou garantia de tributos decorrentes da comercialização de combustíveis; e

Divulgação/Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis



X Fórum Sul Brasileiro de Qualidade e Tributação dos Combustíveis

EXPEDIENTE

Projeto gráfico, texto e revisão: Repense - **Telefones:** (61) 3034-5969 e 3039-5069

Fotos: Shutterstock - **Impressão:** Criativa - **Tiragem:** 2.500 exemplares

BRASILCOM - www.brasilcom.com.br

Presidente: Maurício Chicre Abou-Rejaile; **1º Vice-presidente:** Luiz Fernando Souza de Alencastro; **2º Vice-presidente:** Sérgio Massillon Martins; **Diretor Executivo:** Sebastião do Carmo Lara; **Diretor Administrativo/Financeiro:** Arnaldo Hammerschmidt; **Diretoria Institucional:** Ricardo R. A. Menezes, Sérgio Massillon Martins e Jefferson Melhim Abou-Rejaile; **Diretoria Jurídica:** Cláudio Souza de Araújo, Luciana Duca Costa e Cristiane Carneiro Caetano de Menezes; **Diretoria de Relações de Trabalho:** Ênio Pedro Piccini, Mariano Rebelo, Guilherme Paranhos Cardoso e Juarez Nonemacher; **Diretoria de Meio Ambiente e Regulamentação:** Rafaeli Sgarbossa, Fábio César Rios, e Domingos B. Malfará; **Diretoria de Abastecimento e Defesa da Concorrência:** André Oliveira, César Donizete Chaves, Fernando Rafael Freitas Noronha e Jefferson Melhim Abou-Rejaile.

SRTV Sul Quadra 701 Bloco B - Sala 717 - Ed. Centro Empresarial Brasília - CEP: 70.340-970 Brasília/DF - Tel.: (61) 3226-2560 / 3225-1349 - Fax: (61) 3226-7008

- Adoção pelo Congresso Nacional de normas legais para punir os crimes tributários, com retorno da aplicabilidade da Lei 4.729/65 em detrimento do artigo primeiro da Lei 8.137/90, que exige a comprovação da supressão ou redução dos tributos para efetuar a punição dos inúmeros crimes tributários que são executados diariamente por distribuidoras e produtores de álcool. Regra atual: foi autuado e pagou, não existe crime! Incentivo à reincidência.

Segundo Jefferson Rejaile, do Brasilcom, todo o problema do mercado hoje está focado na questão fiscal e todas as outras questões são marginais. "O Estado tem ferramentas para ajustar a questão fiscal, e não há mistério. Há empresas com débitos gigantescos na Secretaria da Fazenda e que não tiveram sua inscrição estadual cassada, amparadas por liminar judicial. Devemos esclarecer o Judiciário, mostrando o prejuízo gerado à sociedade em função dessas decisões. Chegou o momento de cobrar do Judiciário, não há lógica uma empresa que deve três vezes o patrimônio continuar operando", afirma.

Ações desenvolvidas pelo GESCOL

Conheça aqui algumas ações realizadas pelo GESCOL no combate à sonegação.

1. Planejamento Tributário Reverso, suprimindo ao máximo as possibilidades de evasão fiscal. O planejamento deve ser feito com suporte na Legislação Tributária;
2. Impedimento de atuação de empresas inidôneas (novas ou existentes);
3. Instauração de regime especial de pagamento do imposto por ocasião da operação nas distribuidoras inidôneas (próprio e da substituição tributária);
4. Fiscalização de todos os postos de combustíveis destinatários de etanol originário de distribuidoras inidôneas com insuficiência de pagamento;
5. Nos últimos dois anos, o GESCOL (Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina) realizou 761 fiscalizações;
6. A partir de 3/2010 todas as entradas de etanol são objeto de acompanhamento pelo GESCOL;
7. São analisadas 100% das operações envolvendo etanol hidratado, seja ele originário de distribuidora idônea ou não, inscrita em SC ou não;
8. Em caso de inconsistência é realizado um contato com a distribuidora visando à regularização espontânea; e
9. Caso não haja o recolhimento periodicamente, é aberto procedimento de fiscalização nos postos adquirentes para exigência do imposto por responsabilidade.

Os tipos de fraudes

Vários são os tipos de fraudes no setor. Fique atento a elas.

- 1) **Adulteração de etanol hidratado com metanol;**
- 2) **A venda direta de usina para o posto revendedor;**
- 3) **A adulteração da gasolina com solventes;**
- 4) **A adulteração da gasolina com etanol anidro em excesso ou com o etanol hidratado (próprio posto mistura);**
- 5) **A existência de tanques com produto bom e tanques com produto ruim para enganar a fiscalização;**
- 6) **A venda de diesel sem biodiesel ou desvio do diesel marítimo; e**
- 7) **Fraudes metrológicas.**

Ações do Brasilcom

Reuniões e eventos marcaram a agenda de agosto a dezembro de 2011

Em agosto

O Brasilcom participou, no dia 2, de uma reunião no IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) que teve como tema o Projeto de Planejamento Integrado de Cadeias Logísticas para Distribuição de Combustíveis. Fernando Noronha representou a diretoria na ocasião. Ainda em agosto, no dia 5, os diretores do Brasilcom, Jefferson Rejaile, Ricardo Menezes e Domingos Malfará, compareceram à audiência pública da ANP/RJ (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) sobre a Regulação do Etanol. No dia 24, foi a vez da Reunião do GT de Aditivos da ANP. Participaram os representantes do sindicato Sebastião Lara e Fernando Noronha.



Em setembro

Uma reunião sobre o S50/ARLA 32, realizada no dia 21, no Ministério de Minas e Energia, em Brasília, movimentou representantes do setor. Na ocasião, o Brasilcom foi representado pelo seu presidente Maurício Rejaile e pelo diretor executivo Sebastião Lara.

Em outubro

O mês de outubro foi marcado pela Audiência Pública na ANP/RJ sobre o Novo Marco Regulatório do Etanol Combustível. Realizada no dia 19, teve a participação de Sebastião Lara e Jefferson Rejaile, representantes do Brasilcom. A expectativa é de que o ato normativo seja editado ainda no mês de dezembro.

Em novembro

Novembro foi marcado por reuniões e inaugurações. Dia 10 foi inaugurado o Escritório Regional Sul da ANP. O presidente do Brasilcom, Maurício Rejaile, e o diretor executivo, Sebastião Lara, prestigiaram o evento. Já no dia 28 foi a vez do Escritório da ANP em Belo Horizonte abrir as portas (foto). O diretor institucional do Brasilcom, Ricardo Menezes, participou da solenidade em Minas Gerais. O evento contou com a participação do diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, parlamentares, autoridades, empresários e representantes do setor.



Divulgação/ANP

O diretor-geral da ANP destacou a importância da Agência estar mais presente em Minas Gerais, que é um dos pólos de desenvolvimento do país e um dos principais mercados de combustíveis do Brasil. Segundo ele, a ANP identificou a necessidade de regionalizar a sua atuação. "A Agência não tinha escritórios regionais. Decidimos fortalecer nossa presença abrindo um escritório em Manaus, um em Porto Alegre e agora encerramos o ciclo com a inauguração do escritório em Belo Horizonte".

Haroldo Lima também destacou a redução substancial da não-conformidade dos combustíveis em Minas Gerais. De acordo com último Boletim da Qualidade, referente ao trimestre ago/set/out de 2011, os índices de produtos com problemas de qualidade estão abaixo dos 2%.

Oiama Guerra, responsável pelo escritório de Belo Horizonte, afirmou que atuação da ANP não ficará restrita à fis-

calização do abastecimento. Terá também como objetivo ampliar a participação da Agência em todos os segmentos do setor regulado.

No dia 30, a Comissão de Logística de Abastecimento de Combustíveis se reuniu no IBP. Fernando Noronha representou o Brasilcom.

Sonegação é destaque em reunião do GESCOL

No dia 25/11, o Brasilcom participou de reunião de trabalho do Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes - GESCOL. Na reunião, o auditor fiscal da Receita Estadual e coordenador do grupo, Roque Bach, fez uma breve exposição sobre as ações da Secretaria de Fazenda de Santa Catarina no combate à sonegação fiscal.

O grupo também debateu as alterações e encaminhamentos que se pretende conferir à concessão e cancelamento de inscrição estadual, especialmente dos postos de combustíveis, e as propostas de alterações na Lei 14954/2009, que tratam de coibir e penalizar as fraudes praticadas pelo comércio varejista de combustíveis, principalmente as praticadas após o início das ações fiscais voltadas para o controle volumétrico das bombas.

Paranápetro movimentava setor em Foz do Iguaçu



Jefferson Rejaile, Brasilcom: propostas contra a alta carga tributária

Entre os dias 17 e 20 de novembro, o Paranápetro foi palco de debate do setor de combustíveis. Os revendedores do Paraná tiveram a chance de conversar diretamente com representantes da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), entre outros.

Um dos pontos altos da discussão foi a alta carga tributária, assunto que

preocupa os revendedores. A defesa é de que os revendedores não resistem à concorrência da fraude. Para o presidente do Sindicombustíveis, Roberto Fregonese, o Paranápetro serve justamente para que o setor possa se preparar para enfrentar melhor os desafios do dia a dia. O presidente da Fecomcombustíveis, Paulo Miranda, também deu destaque aos desafios, especial-

mente à entrada do S50 já no dia primeiro de janeiro.

O diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Alan Kardec, ressaltou que a agência faz seu papel e cumpre suas obrigações. Em relação ao S50, Kardec se mostrou confiante e disse que a ANP deve se reunir em breve com as Secretarias de Fazenda, que terão a tarefa de organizar este setor.



Estudo mostra revenda ilegal nos PAs

Durante o Paranápetro, um estudo feito pelo Sindicombustíveis-PR, apresentado pela advogada Fabiana Caricati e pelo revendedor e diretor do Sindicombustíveis-PR Giancarlo Pasa, mostra o abuso de PAs (Pontos de Abastecimento) que estão se tornando concorrentes principais dos postos de rodovia e vendendo combustíveis para terceiros, o que coloca a sociedade e o meio ambiente em risco.

Fotos mostram que alguns PAs fazem a revenda inclusive em garrafas pet. Na ocasião, o presidente do Sindicombustíveis, Roberto Fragonese, entregou o documento para o diretor institucional do Brasilcom, Jefferson Rejaile, e representantes de outros sindicatos.

Em dezembro

GT Aditivção Total da Gasolina

Brasilcom recomenda à ANP pesquisas complementares

No dia 7/12 ocorreu reunião do GT Aditivção Total da Gasolina para tratar do estudo sobre os impactos da aditivção da gasolina que a ANP está realizando. O objetivo foi esclarecer algumas questões e dar subsídio para um debate. Os diretores do Brasilcom, Fernando Noronha e Luiz Fernando Souza de Alencastro, discutiram esses assuntos com representantes de diversas superintendências da ANP.

A agência apresentou um levantamento sobre as possibilidades dos pontos de aditivção - locais onde o aditivo poderá ser lançado na gasolina -, considerando sempre que os aditivos sejam compatíveis para armazenagem em um mesmo recipiente e que a quantidade a ser aplicada por volume de gasolina seja a mesma independentemente do fornecedor do aditivo.

Os locais de aditivção analisados são: 1) Ponto "A", 2) Ponto "B", 3) Tanque de armazenagem de gasolina A e 4) No carregamento do caminhão tanque.

"Contudo, ainda foram identificados problemas que precisam ser estudados. Por isso, recomendamos à ANP que sejam feitas pesquisas complementares", explica Fernando Noronha.

Para o Brasilcom, os problemas se re-



ferem à armazenagem e ao risco existente do aditivo emulsificar à água na gasolina que já tenha sido aditivada e, no processo de decantação dessa água, o aditivo ser retirado juntamente com ela, bem como ao fato da ANP garantir que o aditivo seja compatível para armazenagem em mesmo recipiente, independentemente do fabricante, e garantir que o volume a ser adicionado de aditivo, proporcional ao volume de gasolina, seja o mesmo independentemente do produtor.

Os estudos serão decisivos para dar subsídio ao levantamento a ser feito pela ANP para identificar a ordem de investimento em cada situação de aditivção, buscando o melhor equilíbrio econômico dos agentes.

O Brasilcom se compromete a cooperar com informações e participação nas discussões para que o assunto seja resolvido da melhor forma possível.

O Brasilcom se compromete a cooperar com informações e participação nas discussões para que o assunto seja resolvido da melhor forma possível.

Brasilcom distribui cartilha da ANP para associadas

Com autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o Brasilcom distribuiu 5.500 cartilhas, elaboradas pela própria Agência, às suas associadas. A cartilha traz orientações e procedimentos sobre o "Manuseio e Armazenagem do Óleo Diesel B".



Em pauta: S50 e ARLA 32

Em reunião no dia 7/12, no Ministério de Minas e Energia (MME), ficou deliberado que o MME levará a questão da tributação diferenciada do ICMS incidente sobre o Arla32 ao CONFAZ, dada a dificuldade do conselho em atender as reivindicações dos produtores. Outra missão do MME será fazer contato com as montadoras para saber sobre a produção e comercialização antecipada de veículos da Fase P7 antes de janeiro de 2012. O ministério também ficou de solicitar à ANFAVEA apresentação e discussão de proposta de desenvolvimento de plano de comunicação tratando da garantia de abastecimento do óleo diesel S50 e do Arla32.

Na ocasião, outras duas questões vieram à tona. De acordo com o MME, com relação à correta classificação do Arla32 na NCM, a SRF (Secretaria da Receita Federal) já havia conseguido modificar o texto da tabela de classificação em reunião do Mercosul e que agora não deve mais haver dúvidas com relação à sua classificação. Em relação à solicitação de equiparação da tributação da ureia utilizada para produzir Arla32 com a ureia destinada à produção de fertilizantes, de modo a reduzir custos de produção e coibir eventuais desvios, explicou que para a SRF já há diferenciação de tributação da ureia por destinação (fertilizantes, pecuária e industrial) e que sua fiscalização é adequada, portanto, não há necessidade de equiparação de alíquota para evitar desvio de utilização de ureia para produção de Arla32. Mesmo diante das explicações, o MME manifestou que qualquer agente pode encaminhar seus pleitos diretamente à SRF.

Durante a reunião, a ANP se comprometeu a disponibilizar em sua página na internet a relação dos PR's que comercializarão S50 e a relação dos PR's que comercializarão Arla32. A ANP também deverá colocar no ar a lista dos postos que serão obrigados a comercializar o diesel S50 e a relação dos postos revendedores que, embora sem obrigatoriedade, se habilitaram a comercializá-lo. Além disso, ela disse estar à disposição para divulgar os, aproximadamen-

te, 3000 PRs que farão a venda. De acordo com a agência, quem estiver com dificuldade de atender à Resolução (por falta de equipamentos, licenciamentos etc), precisa comunicar o fato imediatamente à ANP.

A agência permitiu, mesmo que temporariamente, a cessão de espaços entre empresas do Setor TRR, com vistas a garantir o abastecimento adequado de S50. De acordo com a Resolução ANP 61/2011, de 24.11.2011, a cessão de espaço está permitida entre TRRs temporariamente (2012).

Em relação às ofertas, a PETROBRAS informou que suas previsões de percentuais de oferta de diesel para 2012 são de: S50: 12%, S500: 42% e S1800: 46%. Além disso, a empresa assegurou que, até o fim deste ano, mais 3 pólos disponibilizarão diesel S50, além dos atuais 11 que já disponibilizam tal combustível. Dessa forma, a oferta de cerca de 270 mil m3 de S50 prevista para 2011 se elevará para 500 mil m3 em 2012.

Quanto ao meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) informou sobre as dificuldades para discutir legislação ambiental com governos estaduais e municipais. A representante do ministério disse que deverá ser elaborada uma Nota Técnica sobre o Arla32. Esta nota servirá de base para discussão com os estados e municípios, visando estabelecer, em consenso, um documento que sirva como parâmetro para uma possível simplificação e harmonização das licenças.

Na reunião, o BRASILCOM informou que enviou à ANP a relação dos PRs vinculados às suas associadas que comercializaram S50. Além disso, o sindicato, junto com ANFAVEA, SINDICOM e FECOMBUSTIVEIS, deverá solicitar ao INMETRO regulamentação específica sobre a necessidade de identificação ostensiva de abastecimento de S50 e Arla32 nos PR's, assim como irá contatar a ABNT para solicitar sistematização de tanques e pistolas para abastecimento a granel de Arla32.

Espaço do Associado

Rodoil

Combustível de qualidade para os estados do Sul do Brasil



A Rodoil é uma distribuidora de combustíveis de Caxias do Sul criada para estar presente e estreitar a relação com os postos de gasolina. Com um modelo diferenciado de fazer negócio, a empresa se estabeleceu no mercado, conferindo um produto de qualidade aos postos que levam a bandeira da marca e a todos os demais clientes.

Presente em três estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a empresa já possui mais de 80 postos embandeirados. Para atender a demanda de todos os seus revendedores, a Rodoil tem uma rede de distribuição eficaz, com bases operacionais em Esteio, Passo Fundo, Ijuí e Rio Grande, no Rio

Grande do Sul; em Guaramirim e Biguaçu, em Santa Catarina; e em Araucária, no Paraná.

A excelência dos produtos é garantida por um rigoroso sistema de controle de qualidade e pela distribuição segura do combustível. Com uma frota de 26 caminhões, que contam com sistema de monitoramento via satélite, a entrega é rastreada durante todo o trajeto do veículo, desde a base até o posto de combustível.

Sob o lema "Evolução em Movimento", a empresa conta com um time de profissionais comprometidos com o aperfeiçoamento constante e se caracteriza pela dinâmica e pelo preparo para enfrentar desafios e implementar soluções.

Zema

Tradição de mais de 50 anos

A Zema atua nos segmentos de distribuição de combustível, varejo de móveis, eletrônicos e vestuários, concessionárias de veículos, varejo de autopeças e serviços financeiros. Está presente em mais de 380 cidades, tem 500 pontos de venda no Brasil e mais de cinco mil colaboradores. Ricardo Zema (foto) é seu presidente há mais de 50 anos.

A história de pessoas simples e determinadas transformou a Zema em uma das maiores empresas de Minas Gerais. Em 1898, o casal Demétrio Zema e Santa Marra deixou a Calábria, na Itália, e veio para o Brasil. Junto com eles vieram cinco filhos, dentre eles, Domingos Zema, com 9 anos. Moraram e trabalharam na região de Ribeirão Preto (SP). Em 1913, Domingos Zema casou com Catharina Cavallaro. Pouco tempo depois, pegou malária e teve que ir se tratar nas águas termais de Araxá (MG).

No início, trabalhou como motorista no traslado de turistas e logo percebeu que a nova cidade oferecia oportunidades de negócios. Em 12/5/1923 surgiu a Casa Sport, uma pequena loja de peças, acessórios, lubrificantes e combustível, era o início da empresa. Em 1936, inaugurou o primeiro posto de combustível da cidade. Na década de 40, os filhos, Romeu e Oswaldo, assumiram os negócios e, em 1957, Ricardo Zema, com 14 anos, começou a trabalhar na empresa.

Em 1964, Ricardo assumiu a direção dos negócios: uma concessionária SIMCA e um posto de combustível. Em 1969, comprou o segundo posto e iniciou o processo de expansão de forma consistente e contínua.

